

REGIÃO, VINHO E IDENTIDADE: UMA VISÃO SOBRE O VALE DOS VINHEDOS

Gustavo Valduga: Mestre em História pela PUCRS – gvalduga@terra.com.br
Escola Cenecista – Bento Gonçalves

Vander Valduga: Mestre em Turismo pela UCS – vvaldug2@ucs.br
Universidade de Caxias do Sul

Forma de apresentação: (x) Apresentação oral

Sessão temática: 3 – Geografia agrária

REGIÃO, VINHO E IDENTIDADE: UMA VISÃO SOBRE O VALE DOS VINHEDOS

Resumo: o processo de globalização relacionado aos localismos produz conseqüências na estruturação dos espaços, gerando atritos políticos, sociais e culturais que reordenam a organização das forças que atuam nesse processo. A região do Vale dos Vinhedos apresenta um quadro característico dos níveis de tensões produzidos pela necessidade de inserção econômica no mercado global, pelas vias da indústria vinícola e do turismo. Ao mesmo tempo, a dificuldade em tornar essa inserção espacial democrática, gera a fragmentação desse espaço em campos de poder específicos, onde atuam interesses de grupos. As associações de representação local que poderiam mediar as relações complexas e conflituosas sofrem as contradições típicas de uma espaço em construção.

Palavras-chave: globalização; região; Vale dos Vinhedos; vitivinicultura.

A discussão do tema presente faz parte das preocupações atuais do mundo acadêmico, essencialmente às áreas ligadas às ciências sociais. No entanto, faz-se necessário observar que, mais do que uma motivação acadêmica, a produção deste texto, encontra-se, sobretudo, relacionada aos aspectos subjetivos de seus autores cujo espaço de vivência é o próprio objeto de análise.

O Distrito Vale dos Vinhedos pertence à cidade de Bento Gonçalves, localizada na Serra Gaúcha, na designada Região Colonial Italiana, último vazio demográfico a ser ocupado no Estrado do Rio Grande do Sul, a partir da década de 1870, por imigrantes europeus. Sendo o mais recente dos distritos deste município, criado em 17 de agosto de 1990 pela Lei Municipal 1.805, hoje compreende um espaço situado entre os municípios de Bento Gonçalves, Monte Belo do Sul e Garibaldi. A organização espacial do distrito corresponde ao projeto inicial de colonização, quando o governo distribuía lotes de aproximadamente 30 hectares às margens de estradas vicinais subdivididas em linhas ou travessões, distintos da chamada Sede da Colônia, onde se localizava a administração público-burocrática que posteriormente daria origem à área urbana do município. Essas linhas ou travessões foram ainda subdivididas em pequenas comunidades conhecidas como 'capelas'; uma linha pode conter uma ou mais capelas. Cabe apenas frisar que as capelas não fazem parte do projeto oficial de divisão espacial da colonização, sendo organismos autônomos fundados pelos próprios imigrantes¹.

À GUIA DE CONCEITUAÇÕES TEÓRICAS

Tomando-se a princípio o problema da região e sua construção conceitual, que pode ser remetida à origem etimológica da palavra que, segundo Gomes, deriva do latim

regere, significando regente, regência, regra, designando, durante o Império Romano, as áreas subordinadas “às regras gerais e hegemônicas das magistraturas sediadas em Roma.” (GOMES, 2007, 50) A região distingue-se, portanto, por sua condição não-central nas relações de poder e por representar a diversidade espacial em que se fundam, por exemplo, unidades políticas como impérios ou Estado-nações. Devido a isso há, no componente regional, a necessidade de luta contra a homogeneização e a padronização imposta pelo domínio central, no sentido de aspiração à “autonomia, soberania, direitos, etc., e de suas representações.” (GOMES, 2007, p. 52). Desse modo é inevitável ligar o espaço regional às suas vinculações sociais. Para Castro,

A compreensão do espaço regional requer a percepção do espaço como um nível de generalização maior, ou seja, como resultado da transformação da natureza pelo trabalho. Essa natureza transformada constitui o espaço, simplesmente, ou espaço geográfico, identificado com a sociedade que o construiu, pois, como afirma Lefbvre, ‘cada sociedade produz um espaço, o seu’. (CASTRO, 2007, p. 52).

Sua construção social remete à idéia de região como espaço de vivência, locais concretos onde se estabelecem as relações entre grupos permeadas por forças políticas, econômicas e culturais, conflituosas ou não, que definem as identificações desses mesmos grupos com os espaços ocupados. Segundo Haesbaert (1999, p.172),

Toda identidade territorial é uma identidade social definida fundamentalmente através do território, ou seja, dentro de uma relação de apropriação que se dá tanto no campo das idéias quanto no da realidade concreta, o espaço geográfico, constituindo assim parte fundamental dos processos de identificação social [...] De uma forma muito genérica podemos afirmar que não há território sem algum tipo de identificação e valorização simbólica (positiva e negativa) do espaço pelos seus habitantes.

A região, por sua natureza de fronteira, é o lugar primordial para a produção de identidades. O ver-se perante o diferente remete à percepção de si mesmo e de reconhecer-se como singular perante o outro. É a noção de alteridade que define a identidade de um grupo, construída no e permeada pelo espaço, mas também pelo tempo e pela história². Entra um novo elemento, pois não há identificação sem referência aos traços culturais de um grupo. Voltando à questão etimológica, cultura deriva do verbo latino *colere* que significa ‘cultivar’, ‘cuidar’, onde, na Antiguidade romana, podia designar o cuidado do homem com a natureza (agricultura) e, em outros sentidos, o cuidado com os deuses ou a educação das crianças cultivando qualidades que lhes eram naturais (caráter, índole, temperamento). (CHAUI, 2005, p. 245)³. Sem entrar em discussões mais complexas dos desdobramentos do conceito de cultura, importa apenas referir que seu entendimento normalmente está ligado a um certo localismo ou a especificidades grupais que, para as comunidades tradicionais agrárias, tem como meio de produção por excelência a terra. (RONCAYOLO, 1986, p. 272).

Contudo, a identidade cultural é percebida, fundamentalmente, pelo material simbólico que lhe diz respeito⁴. Os símbolos são os elementos que medeiam a comunicação, não apenas interna de um grupo, mas principalmente entre as relações intergrupais. No presente trabalho, é o vinho que funciona como representação, aproximando, permitindo o diálogo e o reconhecimento do outro, o que marca e identifica a região como produto sócio-cultural desta, atando o particular ao universal.⁵ Por fim, cabe apenas lembrar que as características internas de cada região serão determinantes nas suas articulações com o todo e é precisamente que reside o problema desta análise

O VALE E O VINHO

A escolha do vinho como símbolo identitário do distrito Vale dos Vinhedos não é aleatória, primeiramente porque preenche a função de cultura no sentido de vínculo do trabalho humano como transformador do espaço geográfico diretamente ligado ao elemento natural terra; segundo, porque permite ser entendido como símbolo deste trabalho, condensando e sintetizando, ao nível de representação abstrata, este elo social com o local de produção. Economicamente, a relação com a vitivinicultura está ligada ao contexto maior dos demais municípios da Serra Gaúcha, cuja “monocultura familiar” da uva é parte de um processo de racionalização dos recursos das famílias e de planejamento em torno da atividade vitícola, isto é, destinam-se todos os recursos para um fim.⁶

Especificamente, o distrito em questão tornou-se um grande produtor de vinhos finos a partir da década de 1990, quando uma crise no setor cooperativista deslocou a produção para pequenas vinícolas familiares que, conquistando um mercado e reconhecimento nacional, passaram a acoplar a imagem da região ao produto por elas produzido⁷. A inserção neste mercado viria acompanhada pela exploração econômica dos potenciais turísticos locais, criando uma rota de visita⁸ e um pólo de atração de investimentos⁹, que alteraria a face de sua paisagem física, social e econômica. Na esteira desse processo, em 1995, seis vinícolas familiares do Vale dos Vinhedos se associaram e fundaram a Associação dos Produtores de Vinhos Finos do Vale dos Vinhedos (Aprovale), com o objetivo de fortalecer e qualificar os produtos vinícolas, além de estimular os setores econômicos a eles ligados. Seguindo um modelo estruturado nas regiões produtivas européias, tais produtores passaram a buscar o reconhecimento de seus vinhos por meio da certificação de origem¹⁰, que nesse caso foi a Indicação de Procedência Vale dos Vinhedos – IPVV. (FALCADE: MANDELLI, 1999). Essa certificação foi reconhecida pelo Instituto Nacional de Propriedade Industrial – INPI e, em fevereiro de

2007, obteve o reconhecimento da União Européia. O Vale foi a primeira região demarcada a conquistar essa certificação no Brasil. É preciso lembrar que a busca pela certificação carrega em si a idéia de *terroir*¹¹, como elemento técnico expressivo de identificação do vinho local.

Em termos econômicos, esse modelo produtivo guarda características ligadas a pequenos produtores que atuam de forma a imprimir a sua marca, sua identidade e tipicidade no produto, vinculada aos locais de produção e muitas vezes, com vinhas autóctones. São empresas privadas e na maioria dos casos familiares, de capital nacional. Tais elementos proporcionariam a esse vinho tornar-se a expressão de uma identidade territorial, marcando a diferença em relação aos modelos produtivos baseados na produção em larga escala, conduzida por grupos internacionais através de alianças estratégicas, que buscam a padronização da produção e da qualidade, independente da localização geográfica¹².

Até o momento, procurou-se dar uma descrição e apresentar alguns dados referentes ao distrito como forma de contextualização e apresentação do tema. Cabe agora, porém, proceder de forma mais analítica e crítica sobre o assunto. O atual momento configura-se como um processo de inserção do local em uma dinâmica de relações complexas caracterizadas pela globalização. A região sofre, nesse sentido, os efeitos maiores dos problemas resultantes entre, para usar uma expressão de Oliven, “a parte e o todo”. O crescimento econômico relativo a produção de vinho no distrito, acabou por levar certas vinícolas a um escala de produção, cuja área de plantio de videiras não mais comportava a demanda de vinificação das mesmas. A saída para o impasse foi a simples aquisição de terras localizadas nas regiões de campanha gaúcha, ao sul do Estado, como forma de suprir a deficiência da matéria-prima. O fato, porém, é que esta uva, produzida em uma região completamente diversa, tanto em seu aspecto sócio-econômico e cultural, quanto ao que concerne às propriedades específicas relativas à técnica de produção (solo, modo de vinificação), passou a ser transformada na sede dessas empresas e a receber o rótulo de certificação de origem do Vale dos Vinhedos. Somado a isso, há casos em que as vinícolas apenas possuem sua unidade produtiva no distrito, utilizando de fora toda a uva da qual produzem seus vinhos.

Mas o problema vai além. As mesmas grandes vinícolas, cujos emblemáticos nomes familiares sustentam seus vínculos locais, passaram a atuar associadas aos modelos produtivos de grande escala, recebendo, inclusive, assistência técnica de enólogos responsáveis pela padronização da qualidade desse vinho¹³. No entanto, nada impede que estas vinícolas continuem usando a marca de procedência do distrito como

uma simples estratégia de mercado. A questão torna-se ainda mais complexa quando este pequeno grupo de empresas, ali situadas, advogam em nome de causas de outras vinícolas multinacionais instaladas na área de abrangência da delimitação geográfica do Vale e, ainda, tentam alterar a própria delimitação da área de forma a compreender espaços maiores, que correspondam aos interesses de obtenção de matéria-prima, segundo a necessidade de demanda do mercado. Assim, a utilização de um selo de procedência passaria de um objeto, cuja função seria a de identificar culturalmente um espaço, para um simples arranjo mercadológico. Quanto ao vinho, retirado de suas características particulares, perde sua “alma” e esvazia-se de seu conteúdo simbólico, pois, adequando-se ao gosto homogêneo e planejador da produção em grande escala, torna-se igual no sentido de que não observa a diferença de seus vínculos territoriais, isto é, perde sua identidade.

Certamente que um movimento dessa natureza encontra, dentro do próprio setor vinícola, resistências que procuram barrar o processo e tentar retomar o caminho primeiro, porém, essas tais resistências são particulares e, muitas vezes, de indivíduos isolados, ligados às próprias vinícolas familiares ou a setores estatais, como a Embrapa. Importante é notar que os atritos são normais e fazem parte da luta em que se deparam os atores envolvidos na construção dos mecanismos de adequação dessa região no processo global¹⁴. Nesse ponto, é característico, como em países “periféricos”, as estruturas dominantes se adaptam ou se impõem. Santos, ao refletir a globalização, identifica quatro elementos fundamentais do processo, dos quais, interessa apenas os dois primeiros. O *localismo globalizado*, seria o primeiro cujo significado está em que algumas práticas locais se tornam fenômenos mundiais; o segundo é designado por *globalismo localizado* que consiste na maneira como o impacto do primeiro é sentido nas condições locais de forma a responder aos interesses transnacionais. A problemática é assim exposta por Santos,

A divisão internacional da produção da globalização assume o seguinte padrão: os países centrais especializam-se em localismos globalizados, ao passo que os países periféricos cabe a tão-somente a escolha de globalismos localizados. O sistema-mundo é uma trama de globalismos localizados e localismos globalizados. (SANTOS, 2000, p. 24).

No entanto, a reordenação do espaço nessa região possui também conseqüências sociais. De acordo com seu estatuto vigente (2008), a Aprovale é constituída por Associados Produtores (vinícolas), por Associados Contribuintes (hotéis, restaurantes, pousadas, queijarias, agências de viagens e outras organizações) e por órgãos sociais que atuam no controle de produção, turismo e marketing. O estatuto não sofreu

alterações desde sua constituição e a Aprovele, como órgão gestor da produção e de outras atividades locais, foi constituída excluindo o produtor local, que era voltado para a agricultura familiar. Aqui apresenta-se uma contradição entre uma região que pensa ser um arranjo produtivo local e uma região que é excludente, do ponto de vista associativo.

O agricultor e os demais moradores do Vale dos Vinhedos não têm contato com a Aprovele e, muitas vezes, não têm contato com a empresa que compra sua própria produção de uvas, exceto no período da colheita, que é feita apenas uma vez por ano. Ao mesmo tempo em que a Associação e as empresas permanecem distante do produtor rural, as lideranças comunitárias que foram atuantes no período anterior ao da criação da Associação, de certa forma transferiram sua parcela de liderança e/ou responsabilidade para a Aprovele, não tendo buscado uma aproximação. As lideranças comunitárias foram importantes ao Vale, pois conseguiram saneamento básico e obras de infra-estrutura que contemplaram a todos.

A pergunta que se coloca é a seguinte: por que essas lideranças se afastaram ou transferiram sua responsabilidade? Tentar-se-á apenas de maneira parcial responder essa pergunta. Segundo o que foi discutido até o presente, o fator principal parece estar calcado no projeto da Associação, estatutos privilegiam apenas setores econômicos formais, sem a preocupação de estreitar relações com indivíduos único capital que lhes interessa é a herança de uma identidade cultural agora reproduzida como marketing através de um discurso tradicionalista vazio e ufanóide, o que torna ainda mais esquizofrênica a situação de identidade territorial que o vinho procura sustentar. O processo analisado comprova que o foco dos interesses não está centrado na comunidade local e, muito menos, com qualquer noção mais adequada de cultura, mas tão-somente em uma estratégia de mercado. Se as lideranças ou os agricultores não buscaram esta aproximação, é porque a própria Aprovele não os representa, permanecendo, arrisca-se a dizer, como um corpo estranho a eles e às comunidades do distrito¹⁵.

Joga um importante papel às representações ligadas à idéia de progresso e desenvolvimento, vistos sob uma ótica exclusivamente econômica que não produz participação, cidadania ou justiça. Isso não quer dizer que os moradores do distrito não sintam este “progresso” ou “desenvolvimento” e mesmo tenham uma visão positiva dele, mas, no fundo, sabem que pouco podem usufruir do mesmo e que dele pouco participam. O território da região reproduz a segregação espacial e social e sua articulação com o todo continua sob o signo da dominação. Para Santos,

uma sociedade autônoma é aquela que logra defender e gerir livremente seu território, catalisador de uma identidade cultural e ao mesmo tempo continente de

recursos, recursos cuja acessibilidade se dá, potencialmente de maneira igual para todos. (SANTOS, 2007, p. 106).

As contradições, no entanto, remetem a outras questões. Apropriando-se da idéia de progresso, sua identificação passa a estabelecer um correlato com a noção de “moderno”. O avanço econômico é, antes de tudo, o ingresso no mundo desenvolvido, que teve como consequência abrir a porta para a especulação imobiliária ocasionada pelo turismo, assim como, a busca de um estilo de vida em torno do vinho por uma parcela de empresários sem vínculos com o território e construções que não obedecem aos planos diretores municipais entre outros (VALDUGA, 2007). Sejam quais forem as consequências mais específicas, o fato é que o espaço do distrito passou a ser identificado com um certo *glamour*, em que as tendências de “modernização” são expressas por conjuntos arquitetônicos verticalizados e loteamentos de luxo¹⁶, segmentando o espaço local em núcleos ou ilhas, marcando a distinção social de seus freqüentadores. Mais do que tudo, isso revela a apropriação e adequação de um modelo de modernidade entendido em sua forma mais crassa e rasteira, o que torna tais empreendimentos uma caricatura grotesca do significado do termo, cuja base repousa em pressupostos filosóficos baseados em valores como a igualdade, liberdade, justiça, cidadania, democracia, respeito pela diferença e menos nos pomposos signos materiais ali ostentados.

É interessante perceber ainda que essas mudanças no espaço e sua inclusão mais estreita no global tenham mudado o comportamento social, tornando seus vínculos mais frágeis e dificultando a vida comunitária. Malgrado esse fator não seja exclusivo do distrito e revele características gerais do processo, nota-se a diminuição participativa de seus habitantes nas Capelas que, como observado no início deste texto, sempre representou um espaço de organização e atuação primordial para os moradores locais. Nesse sentido, a desestruturação de uma forma de vida comunal corresponda, talvez, ao jogo de desterritorialização identificado por Haesbaert. “Um processo de desterritorialização, pode ser tanto simbólico, com a destruição de símbolos, marcos históricos, identidades, quanto concreta, material – político e/ou econômico, pela destruição de antigos laços/fronteiras econômico-políticas de integração.” (HAESBAERT, 2007, p. 181) Porém, mais do que isso, a imersão em um sistema global reflete a atomização da vida nesse espaço quando redefinida em uma sociedade de massas tão bem colocada por Arendt.

A esfera pública, enquanto mundo comum, reúne-nos na companhia uns dos outros e contudo evita que colidamos uns com os outros, por assim dizer. O que torna tão difícil suportar a sociedade de massas não é o número de pessoas que ela abrange, ou pelo menos não é este o fator fundamental; antes, é o fato de que o mundo entre elas perdeu a força de mantê-las juntas, de relacioná-las umas às outras e de separá-las. A estranheza de tal situação lembra a de uma sessão

espírita na qual determinado número de pessoas, reunidas em torno de uma mesa, vissem subitamente, por algum truque mágico, desaparecer a mesa entre elas, de sorte que duas pessoas sentadas em frente uma à outra já não estariam separadas mas tampouco teriam qualquer relação tangível entre si. (HARENDT, 1981, p. 62).

Por fim, há que se pensar o espaço do Vale em sua perspectiva histórica. Novamente retorna-se ao início do texto, quando abordado o projeto de organização espacial implementado pelo governo brasileiro, simplesmente para lembrar que a região do Vale constitui-se em uma linha ou travessão, território periférico em relação à sede da colônia. Esse dado é essencial, pois, conforme o desenvolvimento urbano, se fez sentir na sede. Seus habitantes passaram a demarcar sua distinção social segundo seus espaços de vivência. Os que se localizavam na área urbana assumiram uma identidade mais polida e, quiçá, mais ligada aos circuitos da “modernidade”, enquanto as regiões do interior se distinguiam por serem colônias e seus habitantes pelo estigma de “colonos” (toscos, atrasados, etc)¹⁷. Embora correndo o risco de simplificações, a prosperidade econômica do distrito, juntada a um contexto maior de reordenação da identidade imigrante italiana, erigiu o “colono” como símbolo de um orgulho idealizado, em que muitos agora buscam resgatar seus vínculos de “origem” que já não existem e que talvez jamais tenham existido¹⁸. Enquanto o colono ideal serve como imagem identificadora, o espaço concreto do Vale separa seu tipo inventado do real quando as áreas reservadas aos “polidos” criam enclaves em meio aos “rústicos”. Subsiste assim, a dicotomia e o estigma amalgamados na velha discussão entre o local e o global.

CONCLUSÃO

Na construção do espaço geográfico, as relações de poder permeiam de forma constante os diversos aspectos que o compõe. O caso do Vale dos Vinhedos demonstra o quanto interesses específicos criam territórios e discursos articulados por práticas que associam características locais a globais. As tensões entre estas duas dimensões espaciais criam campos de poder ligados a forças econômicas, políticas, sociais e culturais cujas conseqüências produzem exclusão por um lado e associação por outro. Neste sentido, o distrito serve como um microcosmos do desenrolar dos atuais processos geoeconômicos e geopolíticos da globalização compondo uma paisagem símbolo das contradições e problemas atuais.

BIBLIOGRAFIA

ARENDDT, Hanna. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1981.

BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da Etnicidade**. São Paulo: UNESP, 1998.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre o poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BRANBATTI, Luiz E. **Racionalização, cultura e turismo em meio rural da serra gaúcha**. Tese de Doutorado defendida na UFRGS em 2005.

CASTRO, Iná Elias de. Política e território: evidências da prática regionalista no Brasil. **Revista de ciências sociais**, Rio de Janeiro, v. 32, n.3, 1989.

CATROGA, Fernando. Memória e História. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Fronteiras do milênio**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2001.

CONSTANTINO, Núncia Santoro de. **O italiano da esquina: meridionais na sociedade porto-alegrense e permanência da identidade entre moraneses**. 1990 (Tese de Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1990.

CONZEN, L.S. The invention of the ethnicity: uma leitura americana. **Altreltalie**. v.3, p. 6 – 12, 1990.

DE BONI, Luís A; COSTA, Rovílio. **Os italianos do Rio Grande do Sul**. 3ª ed. Porto Alegre: EST – Correio Riograndense – EDUCS, 1984.

GIRON, Loraine Slomp. Fazendeiros e colonos: a difícil união. **Coletânea CCHA – Cultura e Saber – História**. Caxias do Sul, n. 2, v. 3, p. 62, Dez. 1997.

GOMES, Paulo César da Costa. O conceito de região e sua discussão. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia: conceitos e temas**. 10ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

HAESBERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

_____. Territorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia: conceitos e temas**. 10ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: ed. UFMG, 2003.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. 6. ed. Campinas: Vértice, 1990.

KAKUTA, Susana M. (Org.) **Indicações geográficas: guia de respostas**. Porto Alegre: Sebrae/RS, 2006.

OLIVEN, Ruben George. **A parte e o todo: a diversidade cultural no Brasil-nação**. Petrópolis: Vozes, 2006.

RONCAYOLO, Marcel. Território. In: **Enciclopédia Einaudi**. Portugal: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, v. 8, 1986.

SANTOS. Boaventura de Sousa. Por uma concepção multicultural de direitos humanos. In: *Identidades: estudos de cultura e poder*. BIANCO, Bela Feldman; CAPINHA, Graça. São Paulo: Hucitec, 2000. p. 24.

SANTOS, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia: conceitos e temas**. 10ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

TONIETTO, Jorge. **Afinal, o que é *terroir*?** Bom Vivant, Flores da Cunha, v. 8, n. 98, p. 08, abr. 2007. Disponível em: www.cnpuv.embrapa.br/publica/artigos.

VALDUGA, Vander. **O processo de desenvolvimento do enoturismo no Vale dos Vinhedos**. Dissertação de mestrado apresentada na Universidade de Caxias do Sul, 2007.

¹Estas foram organizadas na medida em que, o isolamento social, político e cultural destes imigrantes encontrou, na expressão religiosa, uma forma de coesão social e de identidade grupal. Estranhos em sua pátria de adoção e tornados brasileiros por decreto, não tinham acesso ao poder político local, cujos administradores, designados pelo governo estadual, eram pessoas sem vínculos com esta sociedade. Desta forma as capelas se constituíam como um espaço de atuação política primordial dos “desvalidos” sendo, acima de tudo, instrumentos de poder local. (GIRON, 1997, p. 62), (DE BONI, 1984).

Atualmente o Vale dos Vinhedos é composto por três linhas subdivididas da seguinte forma: a) Linha Leopoldina: Capela Nossa Senhora das Neves, Capela das Almas, Capela da Glória e Santa Lúcia; b) Linha Graciema: 08 de Graciema, 15 da Graciema, Ceará da Graciema, 40 da Graciema; c) Linha Zamith: Capeta Santíssima Trindade.

² Como a análise refere-se à identidade de grupo, diferente da identidade nacional, adota-se aqui o conceito específico de identidade étnica, entendida como um processo inventivo referido a determinados grupos no intuito de adaptar-se ao outro, produzida em contextos históricos específicos, especialmente os de crise, em que aparecem sempre as definições dicotômicas nós/eles, cuja origem é buscada em um passado comum baseado na tradição e sustentada sobre traços culturais diacríticos como religião, dialeto. Tal identidade pressupõe o uso da memória coletiva no sentido de fornecer uma estabilidade e um sentido histórico para a existência do grupo fornecendo um quadro natural e permanente do mesmo. No entanto, isso não significa falta de mobilidade social, pois as fronteiras são sempre móveis e características culturais de um grupo podem mudar segundo as circunstâncias em que estes se colocam em contato. No fundo é essa a condição de existência da identidade. (CONZEN, 1990, p. 6-12). (BARTH, 1998, p.187) (POUTIGNAT; STREIFF-FENART, 1998, p.152-153). CONSTANTINO, 1990, p. 324). (CATROGA, 2001, p. 46). (HALBWACHS, 1990, p. 88).

³ É preciso lembrar que a referência à natureza aqui, perfaz a ligação do homem com o meio natural, pois a antiguidade desconhece a idéia do mundo humano em separado daquele, tal qual a modernidade o conceberá.

⁴ Simbolismo é entendido segundo a definição de poder simbólico dada por Bourdieu. “o poder simbólico é um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem *gnoseológica*. o sentido imediato do mundo (e, em particular, do mundo social).” (BOURDIEU, 2001, p. 09).

⁵ Isso denota que não existe uma incompatibilidade entre os dois conceitos (particular e universal), tanto por meio da noção de região, quanto à de identidade cultural. Para Castro, o problema da região é definido nos seguintes termos: “como o espaço é produzido pela sociedade, a região é o espaço da sociedade local, em interação com a sociedade global, porém, configurando-se de forma diferenciada. A região é justamente a expressão das diferenciações do processo de produção do espaço; as diferenças se combinam mas permanecem como diferenças” (CASTRO, 1989, p. 390-391).

Sobre a identidade cultural, adota-se a colocação de Hall quando aborda o exterior constitutivo, no entendimento de que a percepção de uma “ausência” ou “falta” é o que permite a “presença” de minha identidade no todo. “Sou um sujeito precisamente porque não posso ser uma consciência absoluta, porque algo constitutivamente estranho me confronta. Cada identidade, portanto, é *radicalmente insuficiente* em

termos de seus outros. 'Isso significa que o universal é parte de minha identidade tanto quanto sou perpassado por uma falta constitutiva'" (Laclau, 1996). (HALL, 2003, p. 85).

⁶ Cabe lembrar apenas que a Região Colonial Italiana foi formada através da pequena propriedade rural baseada na mão-de-obra familiar e que a cultura da uva foi um dos principais fatores que permitiu a chamada acumulação de capital para o posterior desenvolvimento econômico regional. (BRANBATTI, 2005).

⁶ O município de Bento Gonçalves produz entorno de 73 milhões de litros de vinho ao ano, representando 12,39% da economia local.

⁷ O município de Bento Gonçalves produz entorno de 73 milhões de litros de vinho ao ano, representando 12,39% da economia local.

⁸ O distrito recebe aproximadamente 120 mil turistas por ano.

⁹ Além de vinícolas, que são mais de 30, o Vale dos Vinhedos possui queijarias, restaurantes, pousadas, hotéis, casas de artesanato, posto de combustível, centro comercial, entre outras empresas.

¹⁰ Embora politicamente, o Vale seja um distrito ligado ao município de Bento Gonçalves, sua região geográfica demarcada para a produção de vinhos, envolve parte dos municípios de Monte Belo do Sul e Garibaldi. Não é recente a utilização do local de origem nos rótulos de alguns produtos. As primeiras certificações de origem de produtos são européias e, em especial de algumas regiões francesas, italianas e portuguesas. Desde o século XVI, já havia uma preocupação em proteger os vinhos produzidos na Galícia, especificamente na Comarca do Ribeiro, conforme publicado em *Ordenanças municipais de Ribadavia*, em 1579. Foi, no entanto, do vinho do Porto, produzido na região do Douro, a primeira certificação de vinhos do mundo, estabelecida em 1756 pelo marquês de Pombal. (KAKUTA, 2006, p. 6).

¹¹ A palavra *terroir* date de 1229, sendo uma modificação lingüística de formas antigas (*terroir, terroer*), com origem no latim popular '*terrotorium*'. Segundo o dicionário Lê Nouveau Petit Robert, *terroir* designa 'uma extensão limitada de terra considerada do ponto de vista de suas aptidões agrícolas.' Referindo-se ao vinho, aparecem exemplos de significados como: 'solo apto à produção de um vinho', '*terroir* produzindo um *grand cru*', 'vinho que possui um gosto de *terroir*', 'um gosto particular que resulta da natureza do solo onde a videira é cultivada'. "O termo *terroir* veio a ganhar conotação positiva nos últimos 60 anos, quando a valorização da delimitação dos vinhedos nas denominações de origem de vinhos na França, veia a balizar critérios associativos à qualidade de um vinho, incluindo o solo e a variedade, dentre outros. A palavra *terroir* passa a exprimir a interação entre o meio natural e os fatores humanos. E esse é um dos aspectos essenciais do *terroir*, de não abranger somente aspectos do meio natural (clima, solo, relevo), mas também, de forma simultânea, os fatores humanos da produção – incluindo a escolha das variedades, aspectos agrônômicos e aspectos de elaboração dos produtos. Na verdade o *terroir* é revelado, no vinho, pelo homem, pelo saber-fazer local. O *terroir* através dos vinhos se opõe a tudo o que é uniformização, padronização, standardização e é convergente ao natural, ao que tem origem, ao que é original, ao típico, ao que tem caráter distintivo e ao que é característico." (TONIETTO, 2007, p. 8).

¹² Certamente que a discussão aqui está absurdamente simplificada por uma mera questão técnica de espaço. Tais arranjos produtivos mereceriam uma melhor análise quanto a certos fatores que os compõem como, por exemplo, a questão da família e de seu significado cultural, econômico e social para a sociedade imigrante aqui em questão, além de elementos de origem técnica que envolvem o conceito de *terroir* e sua utilização.

¹³ O objetivo central desta estratégia está ligada ao submundo do vinho, onde as ligações e relações de poder são muito fortes, pois, um vinho com determinadas características pode adequar-se ao gosto, inclusive financeiro, de certos críticos rendendo uma boa avaliação ou nota, o que possibilita a abertura de mercados.

¹⁴ Essa luta se prefigura normalmente entre vinícolas de pequeno e médio porte, mais ligadas à identidade local em relação às de grande porte cujos interesses de expansão comercial tornaram essa mesma identidade apenas um instrumento de propaganda.

¹⁵ Posto desta forma o problema parece óbvio e simples, no entanto, não convém reduzir tudo a uma noção dualista de incluídos e excluídos. Como já observado existem setores dentro do quadro de associados da Aprovale que procuram sustentar uma aproximação em termos de um projeto identitário do vinho como a comunidade local. No entanto, as relações de poder díspares fazem com que, na maioria das vezes, as unidades economicamente mais fortes prevaleçam compondo a imagem hegemônica e oficial que a instituição apresenta publicamente.

¹⁶ Refere-se aqui a empreendimentos específicos como o loteamento Alto das Videiras e o Hotel *Spá* do Vinho, num flagrante desrespeito jurídico-legal ao plano diretor do distrito, sem falar, é claro, dos fatores culturais aí envolvidos.

¹⁷ Segundo Bourdieu, a região sempre existe como espaço estigmatizado por estar privada de capital econômico e simbólico, mais do que geográfico, em relação ao centro, figurando sempre como unidade negativamente definida pela dominação simbólica e econômica. (BOURDIEU, 2001, p. 126).

¹⁸ Essa característica é comum a todo movimento tradicionalista que busca uma afirmação sobre algum tipo de origem comum. Tais movimentos são desencadeados em circunstâncias de crise e mudanças nas

estruturas sociais dos grupos como o caso do tradicionalismo gaúcho estudado por Oliven. Neste sentido ver: (OLIVEN, 2006).